



Relatório de Gestão 2025

- Apresentação e Resumo Histórico

A Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória foi fundada em 1498, contando já com 527 anos ao serviço da comunidade Praiseira.

O seu galardão evidencia a Instituição como a “mais benemérita do concelho”. São, pois, muitos os que ao longo destas cinco centenas de anos, dedicaram de muitas formas aos que sofrem de doença, pobreza ou de exclusão social.

Como é referido na Memória Histórica desta Santa Casa (1998, pág. 10), deveremos continuar a “avançar para junto dos que necessitam de apoio, sob formas de integração plena na comunidade, distribuindo os recursos disponíveis, numa palavra promovendo a justiça social como factor e condição de cidadania”.

Neste sentido a Santa Casa da Misericórdia de Praia da Vitória é hoje uma Instituição Particular de solidariedade Social, sem fins lucrativos, que estende a sua actividade por várias áreas da solidariedade social. Embora o seu campo de acção possa transcender as áreas da chamada segurança social, os fins que, de modo principal, prosseguirão serão, efectivamente, o apoio à família, sob qualquer das formas que possa revestir, a protecção à infância, à juventude e à velhice e formação profissional.

Para dar resposta a mais de 430 utentes diários a Misericórdia conta com todo um conjunto de valências das quais realçamos: a Rede Educativa com creches, jardins-de-infância, ATLS, ludoteca e centro de informática, as unidades residenciais do tipo familiar para acolhimento de crianças e Jovens, o centro de apoio integrado à mulher vítima de violência, o centro de alojamento masculino para cidadãos em situação de sem abrigo, o projecto “Saltus” de intervenção junto dos jovens em risco, o centro de economia solidária com uma rede de micro empresas de inserção social e o Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil. Existe ainda um sector farmacêutico com farmácia na Praia da Vitória e Posto Farmacêutico nos Biscoitos que ajuda a suportar toda a nossa missão social. Procura-se acima de tudo aprofundar e renovar os instrumentos de política social orientada para a redução da pobreza e da exclusão social, trabalhando na implementação de medidas sociais pró-activas de integração e solidariedade.

- Descrição das Valências

A Santa Casa da Misericórdia de Praia da Vitória, no âmbito da sua intervenção social, integra diversas valências:

- **Educativas** - respondem às necessidades da comunidade em termos de creche, jardim-de-infância e actividades de tempos livres;

- **Acolhimento** - responde às necessidades da comunidade nas seguintes vertentes:

- **Tueri** (menores com medida de promoção e protecção).

- **Solisvita** (mulheres adultas vítimas de violência doméstica, sem abrigo, com ou sem filhos).

- **Domus Spei** (homens adultos em situação de sem abrigo).

- **Prevenção** – avalia e intervém em problemáticas psicossociais identificadas na comunidade:

-**Saltus** (centro de actividades ocupacionais para jovens com comportamentos de risco).

- **CDIJ Fortis** (centro de desenvolvimento e inclusão juvenil).

- **ETIS-CES – Economia solidária** – desenvolve actividades económicas, proporcionando formação profissional, pessoal e social, com componente de produção e comercialização, contribuindo para a criação e manutenção de postos de trabalho;

- **Etis Bar**

- **Etis Online**

- **Circuito Arte & Prendas**

– **Actividades comerciais orientadas para as necessidades da comunidade** - suporte para a sustentabilidade dos projectos sociais:

- **Farmácia**

- **Posto farmácia**

– **Serviços Religiosos**

- Política da Qualidade

Missão

A Missão da SCMPV é servir a comunidade respondendo às necessidades de cariz social, nas diferentes áreas de intervenção, assente nos valores da solidariedade, profissionalismo e confiança.

Visão

Ser uma referência na comunidade em termos de solidariedade social, com mecanismos de sustentabilidade adequados/assegurados.

Valores

- Solidariedade
- Profissionalismo
- Dinamismo
- Confiança
- Honestidade/Integridade

Resumo de Actividades 2025

Rede Educativa

- ▶ **Moveu-se diligências para se proceder ao concurso público para elaboração do projecto e especialidades do Centro Socioeducativo de São Lázaro;**
- ▶ Continuação das formações e acções de sensibilização para todos os colaboradores da rede educativa (Ex. Formação em primeiros socorros; manuseamento de extintores);
- ▶ Realização da festa da música, de final de ano lectivo e festa de Natal;
- ▶ Cumprimento do plano educativo e respectivas actividades lúdico pedagógicas de acordo com a altura do ano lectivo (Ex: Participação no Outono Vivo, hortas pedagógicas, visitas de estudo, aulas de música);
- ▶ Feira da família com várias actividades envolvendo a comunidade educativa realizada na Vila das Lajes;
- ▶ **Continuou-se a mover diligências para acordo de cooperação ISSA-ATL Lajes.**

Alguns dados de frequências:

Creche de São Lázaro: Média de 40 utentes mês;

Creche de Santa Rita: Média de 22 utentes mês;

Jardim de Santa Rita: Média de 33 utentes mês;

Jardim de São Lázaro: Média de 58 utentes mês;

ATL Santa Rita: Média de 26 utentes mês;

ATL/Ludoteca: Média de 57 utentes mês;

Creche das Lajes: Média de 26 utentes mês;

ATL das Lajes: Média de 28 utentes mês,

Acolhimento, Intervenção Comunitária e Formação de Competências

- ▶ Aprovação da candidatura do projecto Barco/Escola do CDI Fortis, através da Rotary Foundation;
- ▶ Integração de utentes em cursos e actividades de aperfeiçoamento de competências pessoais e sociais;
- ▶ Comemoração do Dia Internacional da Mulher;
- ▶ Realização de actividades lúdico-pedagógicas em todas as valências;
- ▶ Desenvolvimento de actividades físico-desportivas;
- ▶ Desenvolvimento de acções de formação em informática e Agricultura Biológica;
- ▶ Formações em primeiros socorros;
- ▶ Actividades náuticas em parceria com o Clube Naval da Praia da Vitória com a continuação da implementação do projecto `` Sem Amarras´´;
- ▶ Continuidade do projecto ECO-Fortis em parceria com o BPI – Fundação La Caixa (nova aprovação);
- ▶ Compra de novo Estufim.
- ▶ Certificação com a Certiplanet em agricultura biológica.

Alguns dados de frequências:

TUERI: Média de 16 utentes mês;

Domus Spei: Média de 15 utentes mês;

Solisvita: Média de 9 utentes mês;

Saltus: Média de 12 utentes mês;

CDIJ: Média de 104 utentes mês;

Etis-CES

- ▶ Realização de apresentações e exposições no EtisBar;
- ▶ Continuidade de toda a actividade de economia social a nível do Bar, Atelier de costura e Loja de comercialização (Sanjoaninas, Festas da Praia, Carnaval, clientes particulares, etc.);
- ▶ Parceria com a SATA para o aluguer da sala de formação do Etis On Line;

Grupo Farmácia

- ▶ Aquisição de equipamentos;
- ▶ Pintura exterior da farmácia e arranjo da entrada principal.

Geral

Geral

- ▶ Continuação da conservação e reparação de todo o património da Misericórdia;
- ▶ Continuação da implementação do RGPD;
- ▶ Jantar de Natal da SCMPV;
- ▶ Compra de viatura de nove lugares eléctrica;

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória propõe que o resultado líquido do período de 2025, no montante de 411 386.87 €, seja transferido para a rubrica de “Fundos”.

Pela Mesa Administrativa

O Provedor

*Francisco Ferreira
Jardelino de Sousa Vieira*

Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória

Contribuinte: 512011168

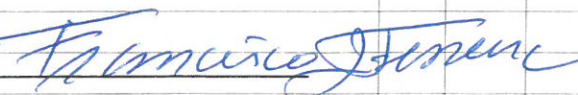
Moeda: EUR

BALANÇO (Individual ou consolidado) em 12 de 2025

Rubricas	Notas	2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	4 049 453,36	4 056 760,68
Goodwill		-10 332,31	-8 389,31
Ativos Intangíveis		10 332,31	8 389,31
Outros Investimentos financeiros	5	1 425,54	3 624,17
Subtotal		4 050 878,90	4 060 384,85
Ativo corrente			
Inventários	6	350 338,43	337 567,78
Clientes	7	181 522,54	179 154,77
Estado e outros entes públicos	10	0,00	354,84
Outros créditos a receber	7	8 194,92	9 360,03
Diferimentos	13	-1 375,00	6 500,76
Caixa e depósitos bancários	8	2 768 639,27	2 324 022,81
Subtotal		3 307 320,16	2 856 960,99
Total do ativo		7 358 199,06	6 917 345,84
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	21	3 953 214,48	3 594 315,81
Ajust. / Outras variações de capital próprio	21	2 096 188,05	2 101 051,65
Subtotal		6 049 402,53	5 695 367,46
Resultado líquido do período		411 386,87	278 898,67
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		6 460 789,40	5 974 266,13
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	170 245,00	170 245,00
Subtotal		170 245,00	170 245,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12	220 672,22	220 888,73
Estado e outros entes públicos	10	73 450,26	66 630,31
Outras dívidas a pagar	7	433 042,18	480 864,35
Diferimentos	13	0,00	4 451,32
Subtotal		727 164,66	772 834,71
Total do Passivo		897 409,66	943 079,71
Total do capital próprio e do passivo		7 358 199,06	6 917 345,84

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência



O Contabilista Certificado



01/01/2025

Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória

Moeda: EUR
 Contribuinte: 512011168

Demonstração dos resultados por naturezas em 12 de 2025

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados	15	3 240 358,89	3 033 152,47
75		Subsídios à exploração	18	2 546 980,25	2 449 246,69
785+792	685	Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
73		Variação de inventários na produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		1 091,00	248,00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14	-2 248 996,22	-2 148 026,77
	62	Fornecimentos e serviços externos	19	-278 795,38	-292 063,61
	63	Gastos com pessoal	20	-3 036 009,47	-2 782 474,34
7622	652	Imparidades de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
7623;7627/8	653;657/8	Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
77	66	Aumentos / reduções de justo valor		0,00	0,00
/8...+791		Outros rendimentos	16	357 076,14	227 894,02
	69-685+69...	Outros gastos	16	-58 515,48	-56 921,08
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos				523 189,73	431 055,38
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5-6	-142 703,32	-143 541,38
7624/6	654/6	Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)				380 486,41	287 514,00
7915		Juros e rendimentos similares obtidos	17	37 855,98	0,00
	6911/21/81	Juros e gastos similares suportados	17	-6 195,64	-7 459,79
Resultado antes de impostos				412 146,75	280 054,21
	812	Impostos sobre o rendimento do período	10	-759,88	-1 155,54
Resultado líquido do período				411 386,87	278 898,67
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período					
Resultado líquido do período atribuível: (*)					
Detentores do capital da casa mãe					
Interesses que não controlam					
Subtotal					
Resultado por ação básico					

Contabilidade - (c) Primavera BSS

(*) esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

A Administração/Gerência

O Contabilista Certificado

Francisco J. Feneiro
[Assinatura]
 01/01/2025


Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória		Demonstração (Individual/Consolidada) das Alterações de Capital Próprio no Período 2025										Moeda: EUR		Unidade: Euros	
		Exercício: 2025										Contribuinte: 512011168			
Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores de capital da empresa mãe										Resultados Líquido Período	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
		Capital Subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos e capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transfidos	Excedentes Revalorização	Ajustamentos outras variações Capital Próprio	Total				
1	Posição no início do período N-1	3 594 315,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 695 367,46	5 695 367,46
	Alterações no período														
	Primeira adoção de novo referencial contabilístico													0,00	0,00
	Alterações de políticas contabilísticas													0,00	0,00
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0,00	0,00
	Realização do excedente de revalorização													0,00	0,00
	Excedentes de revalorização													0,00	0,00
	Ajustamentos por impostos diferidos													0,00	0,00
	Outra alterações reconhecidas de capital próprio													0,00	0,00
2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 863,60	-4 863,60	
3													-4 863,60	-4 863,60	
	Resultado líquido do período												411 386,87	411 386,87	
	Resultado Integral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	411 386,87	411 386,87	
	Operações com detentores de capital no período													0,00	0,00
	Subscrição de capital	358 899,67												358 899,67	358 899,67
	Subscrições de prémios de emissão													0,00	0,00
	Distribuições													0,00	0,00
	Entradas para a cobertura de perdas													0,00	0,00
	Outras operações	358 899,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	358 899,67	358 899,67	
5		3 953 215,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 953 215,48	3 953 215,48	
	Posição no fim do período N-1												2 096 188,05	2 096 188,05	
	6=1+2+3+5												6 460 790,40	6 460 790,40	
Contabilidade - (c) Primavera BSS															

Handwritten signature and date:
 01/05/2025
 [Signature]

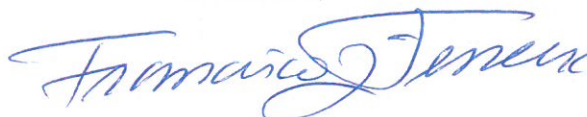


RUBRICAS	2025	2024
Fluxo de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	5 582 500,49	5 031 572,42
Pagamentos a fornecedores	-1 983 188,00	-1 793 650,63
Pagamentos ap pessoal	-2 528 939,21	-2 485 129,10
Caixa gerada pelas operações	1 070 373,28	752 792,69
Pagamentos/recebimentos de imposto lva		-36 568,66
Outros recebimentos/pagamentos	-607 951,27	-271 246,25
Resultados extraordinarios		
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	462 422,01	444 977,78
Fluxos de caixa das actividades de investimentos		
Pagamentos respeitante a:		
Activos fixos tangiveis	-137 864,90	-43 952,40
Investimentos Financeiros		-2 442,58
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangiveis	70 000,00	
Outros activos		
Subsidios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	37 855,98	43 355,52
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-30 008,92	-3 039,46
Fluxos de caixa das actividades de financiamento M L P		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos (médio e longo prazo)		
Realizações de capital e de out instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuizos		
DoaçõesDiferença	18 399,01	13 172,87
Sócios		
Outras operações de financiamento (médio e longo prazo)		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos (médio e longo prazo)		-73 506,96
Juros e gastos similares	-6 195,64	-7 460,49
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento (médio e longo prazo)		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento de mlp (3)	12 203,37	-67 794,58
Fluxos de caixa das actividades de financiamento a curto prazo		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos (curto prazo)		
Outras operações de financiamento (curto prazo)		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos (curto prazo)		
Juros e gastos similares		
Outras operações de financiamento (curto prazo)		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento a curto prazo (4)		
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3+4)	444 616,46	374 143,74
Efeito das diferenças de cambio		
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo	2 324 022,81	1 949 879,07
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	2 768 639,27	2 324 022,81

O Contabilista Certificado,


09/5037

O Provedor,





ANEXO

NORMA CONTABILISTICA E DE RELATO FINANCEIRO PARA AS ENTIDADES DO SECTOR NÃO LUCRATIVO

EXERCÍCIO DE 2025

1 - IDENTIFICAÇÃO

SANTA CASA DA MISERICORDIA DA PRAIA DA VITORIA, Pessoa colectiva com o nº 512011168, é considerada Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, nos termos do nº 1 do art.º 94 do Estatuto das Instituições Particular de solidariedade Social, aprovado pelo art.º 1º do Dec. Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro, aplicado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo nº 26/84/A de 28 de Agosto, foi efectuado o registo dos estatutos desta Instituição nos termos do art.º nº 1 da Portaria nº 71/84 de 13 de Novembro, no Livro das Irmandades das Santas Casas de Misericórdia, sob o nº 14 a folhas 19.

O objecto principal é praticar a solidariedade social, concretizada nas obras de misericórdia, e realizar actos e culto católico, conforme o art.º nº 1 dos seus estatutos. Com o objectivo de angariar receitas para conseguir praticar a solidariedade, a Santa Casa é proprietária de uma Farmácia na Cidade da Praia da Vitória, e um Posto Farmacêutico na freguesia dos Biscoitos, também desenvolve actividades na área de assistência há família nomeadamente em colégios e creches, na rua de Jesus é proprietária de um imóvel onde desenvolve diversas actividades sociais, tem a sua sede na Rua do Hospital, 18 - Freguesia de Santa Cruz, Cidade da Praia da Vitória.

Por despacho conjunto de Suas Excelências o Ministro das Finanças e o Ministro da Solidariedade s Segurança Social, conforme ofício n.º 46235 de 30 de Setembro de 1996, foi reconhecida a isenção de IRC quanto às seguintes categorias, C, E, F, e G, confirmado pelo art.º 1 da Lei 9/85, que estipula o seguinte; As instituições particulares de solidariedade social, uma vez registadas nos termos dos artigos 7º. e 8.º do estatuto aprovado pelo Dec. Lei 119/85, de 25 de Fevereiro, ficam isentas de : a) Imposto de selo; b) custas Judiciais.

As notas explicativas a seguir apresentadas respeitam às demonstrações financeiras individuais.



As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Instituição opera, logo a moeda funcional. As operações em moeda estrangeira são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com a política descrita no aviso n.º 15654/2009 de 07 de setembro.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as disposições da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo do Sistema de Normalização Contabilística (“ESNL”), emitida e em vigor em Portugal, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e publicada no Aviso n.º 8259/2015 do Diário da República, 2.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2015, aplicável aos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Santa Casa, de acordo com a convenção do custo histórico.

As demonstrações financeiras da Santa Casa são comparáveis ao longo dos exercícios económicos.

A Santa Casa reconhece os seus ganhos e perdas à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes ganhos e perdas são reconhecidos em rubricas de acréscimos e de diferimentos.

3.2 Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.



A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil.

3.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende o seu preço de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os activos fixos tangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um activo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.



3.4 Ativos Intangíveis

Após o reconhecimento inicial, os activos intangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As amortizações dos activos intangíveis são calculadas de acordo com o método da linha recta, ou outro método que reflecta o modelo pelo qual se espera que os futuros benefícios económicos do activo sejam consumidos pela entidade em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito de qualquer alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os activos intangíveis com vida útil indefinida são amortizados num período de 10 anos, sendo também sujeitos a testes de imparidade, anualmente ou quando haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

3.5 Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Santa Casa tem uma obrigação presente: i) legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário o dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Santa Casa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação, utilizando-se uma taxa antes de impostos que reflita a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.6 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações



financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados.

O rédito proveniente das prestações de serviços, das quotizações e das comissões é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Santa Casa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Santa Casa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.8 Instrumentos financeiros

Reconhecimento

A Santa Casa reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Mensuração

Os seguintes instrumentos financeiros são mensurados ao custo menos perda por imparidade:



- a) Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários, incluindo os em moeda estrangeira; e
- b) Contratos para conceder ou contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, devem ser mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. A Santa Casa não tem instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro ou passivo financeiro, desde que este seja mensurado ao custo menos perda por imparidade.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Uma entidade deve desreconhecer um ativo financeiro apenas quando:

- a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou
- c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve desreconhecer o ativo e reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

Desreconhecimento de passivos financeiros

A Santa Casa desreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extingue, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes em causa correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente realizáveis sem risco significativo de alteração de valor.



3.9 Inventários

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda. A técnica de mensuração do custo de Inventários é o valor das faturas mais todas as despesas até ao local de armazenagem.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado ou custo específico).

3.10 - Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo seu justo valor e apenas quando existe segurança razoável de que será recebido e que a Instituição cumprirá as condições inerentes aos mesmos. Os subsídios do Governo relativos à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente registados no capital próprio e subsequentemente reconhecidos em resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos associados.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“*non adjusting events*”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.



Não ocorreram quaisquer eventos na Santa Casa suscetíveis de enquadramento no âmbito dos acontecimentos após a data do balanço.

3.11 - Custos com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incursos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

3.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Santa Casa são continuamente avaliadas, representando à data de relato a melhor estimativa da Direção, tendo em conta o desempenho, a experiência acumulada e as expetativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias, se consideram ser razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. A Direção considera que quaisquer estimativas e julgamentos intrínsecos às presentes demonstrações financeiras não apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material nas quantias escrituradas dos ativos e passivos, no decurso de períodos seguintes.

As principais estimativas subjacentes nas Demonstrações Financeiras são as seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis
- Estimativas de férias e subsídios de férias do pessoal
- Provisões do exercício



4. Ativos fixos tangíveis

As variações nos ativos fixos tangíveis foram os seguintes:

Rubricas	2024	Reavaliação/ajustamento	Aumentos	Depreciação	Transferências e abates	2025
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos recursos naturais	146 913,36					146 913,36
Edifícios e outras construções	6 158 242,83		106 694,70		1 943,00	6 262 994,53
Equipamento básico	1 204 407,30		1 299,99			1 205 707,29
Equipamento de transporte	159 111,20					159 111,20
Equipamento administrativo	103 940,63					103 940,63
Outros activos tangíveis	247 354,81					247 354,81
Investimentos em Curso						
Total do Ativo	8 019 970,13		107 994,69		1 943,00	8 126 021,82
Depreciações Acumuladas						
De Edifícios e outras construções	2 352 732,81		112 985,55		28 309,21	2 437 409,15
De Equipamento Básico	1 169 768,86		8 186,32		1 561,00	1 176 394,18
De Equipamento de Transporte	112 190,65		14 871,93			127 062,58
De Equipamento Administrativo	103 940,63				408,94	104 349,57
De Outros Activos Tangíveis	224 576,50		6 659,52		116,96	231 352,98
Total das Depreciações Acumuladas	3 963 209,45		142 703,32		30 396,11	4 076 568,46
Ativo Líquido	4 056 760,68		-34 708,63		-28 453,11	4 049 453,36

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, bem como a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos, foram preparadas com base na comparação entre os exercícios de 2023 e 2024, evidenciando as adições, abates e alienações, depreciações, reavaliações e ajustamentos ocorridos no período, com o objetivo de demonstrar a formação do saldo final em 31 de dezembro de 2024:

Rubricas	2023	Reavaliação/ajustamento	Aumentos	Depreciação	Transferências e abates	2024
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos recursos naturais	146 913,36					146 913,36
Edifícios e outras construções	6 158 242,83					6 158 242,83
Equipamento básico	1 204 407,30					1 204 407,30
Equipamento de transporte	115 158,80		43 952,40			159 111,20
Equipamento administrativo	103 940,63					103 940,63
Outros activos tangíveis	247 354,81					247 354,81
Investimentos em Curso						
Total do Ativo	7 976 017,73		43 952,40			8 019 970,13
Depreciações Acumuladas						
De Edifícios e outras construções	2 231 415,15		121 317,66			2 352 732,81
De Equipamento Básico	1 160 533,43		9 235,43			1 169 768,86
De Equipamento de Transporte	106 614,38		5 576,27			112 190,65
De Equipamento Administrativo	103 940,63					103 940,63
De Outros Activos Tangíveis	217 164,48		7 412,02			224 576,50
Total das Depreciações Acumuladas	3 819 668,07		143 541,38			3 963 209,45
Ativo Líquido	4 156 349,66		-99 588,98			4 056 760,68



Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo custo deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta.

As taxas médias de depreciação são as seguintes:

Rubricas	Taxa média
Edifícios	2,00%
Equipamento Básico	12,50%
Equipamento Administrativo	33,33%
Outros AFT	entre 10% e 25%

5 - Investimentos Financeiros

Rubricas	01/01/2024	Aumentos	Depre/Recup	31/12/2025
Outros ativos Financeiros	3 624,17		2 198,63	1 425,54
Depreciações Acumuladas				
Ativo Líquido	3 624,17		2 198,63	1 425,54

6 - Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo. O custo inclui todos os custos de compra, custo de conversão e de outros custos ocorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes

Os inventários são mensurados ao custo ou, se inferior, pelo valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores(em euros):

O detalhe dos inventários a 31 de dezembro de 2025 é o seguinte:

	Mercadorias	Mat.prima,subsid. E mat. Diversos	Total
Existências Iniciais	324 519,01	13 048,77	337 567,78
Existências Finais	332 408,42	17 930,01	350 338,43
Varição das Existências	7 889,41	4 881,24	12 770,65



Durante o exercício de 2023 a 2024, a movimentação do estoque de mercadorias foi a seguinte:

	Mercadorias	Mat.prima,subsid. E mat. Diversos	Total
Existências Iniciais	319 739,50	14 636,63	334 376,13
Existências Finais	324 519,01	13 048,77	337 567,78
Variação das Existências	4 779,51	-1 587,86	3 191,65

7 - Outras contas a receber e a pagar

	Ativos	Passivos
Créditos a receber	181 522,54	
Outros ativos correntes	8 194,92	
Dev/cred p/acrescimos de Gastos		375 000,00
Utentes do Tueri		55 738,54
Pessoal		
Outros Dev. e Credores		2 303,69
Totais	189 717,46	433 042,23

8 - Caixa e equivalentes de caixa

Ao final do exercício, a empresa mantém saldos em caixa e depósitos bancários, compreendendo contas correntes, caixas da empresa e depósitos a prazo. Conforme demonstrado no quadro abaixo:

O detalhe da rubrica de disponibilidades é o seguinte:

Designação	Caixa	Depositos à Ordem	Depositos a Prazo	Total
Saldo Final	4 441,53	414 197,74	2 350 000,00	2 768 639,27
Saldo Inicial	4 047,23	519 975,58	1 800 000,00	2 324 022,81
Variação	394,30	-105 777,84	550 000,00	444 616,46

Os depósitos a prazo são remunerados à taxa média de juros de 12,91% ao ano, proporcionando rendimento financeiro sobre os recursos aplicados. A movimentação de caixa e bancos durante o exercício refletiu todas as entradas e saídas de recursos operacionais, investimentos e financiamentos, sendo apresentada de forma consistente com os princípios contábeis aplicáveis.

9 - Provisões

As quantias reconhecidas como provisão quando relevadas, representam a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar as obrigações presentes a data do balanço. Não existem situações que alterem materialmente o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.



Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos onerosos	170 245,00			170 245,00
Totais	170 245,00			170 245,00

O valor reconhecido corresponde às responsabilidades estimadas com um dos utentes, que doou os seus bens à Instituição em troca dos seus cuidados até ao momento da sua morte.

10 - Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresenta a seguinte decomposição:

Designação	2024	2025
Ativo		
IRC - Retenções na Fonte		
IRC - Pagamento por conta		
Imposto de selo sacos plasticos	354,84	
Total ativo	354,84	
Passivo		
IRC - Imposto estimado	1 155,54	759,88
IRS - Trabalho Dependente	8 204,82	7 397,71
IRS - Trabalho profissional	222,10	
IRS - Predial		
Imposto de selo sacos plasticos		
IVA - Imposto valor acrescentado	6 376,26	8 336,81
Segurança social	50 671,59	56 955,86
Total passivo	66 630,31	73 450,26
Saldo	-66 275,47	-73 450,26

11 - Financiamentos

A 31 de dezembro de 2025, a Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória não apresenta qualquer financiamento em instituições de crédito, quer bancárias ou outras.



12 - Fornecedores

Designação	2024	2025
Farmácia	131 628,11	140 473,94
Outros	89 260,62	80 198,28
Saldo	220 888,73	220 672,22

13 - Diferimentos

Designação	2024	2025
Ativo		
Seguros a reconhecer		
Projeto CDIJ		-1 375,00
Pintura Centro Social Santa Rita	6 500,76	
Total ativo	6 500,76	-1 375,00
Passivo		
Apoio Extra Acordos Coop 2024	4 451,32	
Outros rendimentos a reconhecer		
Total passivo	4 451,32	
Saldo	2 049,44	-1 375,00

14 - Custo das Vendas

Desenvolvimento do custo das mercadorias vendidas

Designação	Mercadorias	Mat. Primas, subsid. e mat. Diversos	Total
Existências iniciais	324 519,01	13 048,77	337 567,78
Compras	2 074 384,80	220 066,89	2 294 451,69
Regularização de existências	51 433,37	18 748,55	70 181,92
Existências finais	332 408,42	17 930,01	350 338,43
Custos no exercício	2 015 062,02	233 934,20	2 248 996,22

15 - Rédito

O rédito e restante rendimentos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a Instituição transfere para o comprador os riscos vantagens significativos da propriedade dos bens e quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade. No que se refere à prestação de serviços, o reconhecimento do rédito ocorre pelo processamento das mensalidades que se referem aos serviços prestados a utentes.

Porém, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado, é



reconhecida como um gasto, e não como um ajustamento da quantia do rédito originalmente reconhecido.

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Designação	2024	2025
Vendas	2 632 461,57	2 803 058,75
Serviços prestados	400 690,90	437 300,14
Vendas e serviços prestados	3 033 152,47	3 240 358,89
Subsídios à exploração	2 449 246,69	2 546 980,25
Total	5 482 399,16	5 787 339,14

16 - Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

O detalhe é o seguinte:

Desenvolvimento de outros gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Outros gastos e perdas	Exercícios	
	2024	2025
681-Impostos	80,00	40,00
683-Dívidas Incobráveis		
684-Perdas em inventários	4 020,41	3 501,12
687-Gastos e Perdas em Investimentos		
688-Outros	52 819,97	54 974,24
Total de Outros gastos e perdas	56 920,38	58 515,36
Outros rendimentos e ganhos	Exercícios	
	2024	2025
781-Rend Suplementares		3 996,79
782-Descontos p.p. obtidos	17 563,99	10 380,54
784-Ganhos em inventários	345,00	578,83
787-Rend invest n/financeiros	83 307,44	84 267,92
788-Outros	83 322,07	257 852,06
Total de Outros rendimentos e ganhos	184 538,50	357 076,14



17 - Custos com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incursos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efectiva.

Desenvolvimento dos gastos e rendimentos financeiros

Gastos de financiamento	Exercícios	
	2024	2025
691 - Juros suportados	1 092,74	
698 - Outros	6 367,75	6 195,76
Total de gastos de financiamento	7 460,49	6 195,76
Rendimentos de financiamentos	Exercícios	
	2024	2025
791 - Juros Obtidos	43355,5	37854,75
798 - Outros	0,02	1,23
Total de rendimentos de financiamento	43 355,52	37 855,98
Resultado financeiro	35 895,03	31 660,22

18 - Subsídios do Governo

Designação	2024	2025
Acordos de Cooperação	2 326 958,85	2 439 854,95
Acordos Inv. Secr. Solidariedade Social	52 200,00	93 600,00
Outros Subsídios	70 087,84	13 525,30
Total	2 449 246,69	2 546 980,25



19 - Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Designação	2024	2025
Fornecimentos e serviços externos	292 063,61	278 795,38
Serviços especializados	137 989,16	124 347,86
Trabalhos especializados	37 715,22	34 913,28
Publicidade e propaganda	1 555,57	2 599,42
Vigilância e segurança	3 418,71	3 445,03
Honorários	17 033,30	10 720,00
Conservação e reparação	41 708,04	30 671,54
Outros	36 558,32	41 998,59
Materiais	23 917,52	32 512,15
Ferramentas e utensílios	14 488,66	21 847,23
Livros e documentação técnica	1 660,20	5 696,11
Material de escritório	4 039,61	3 603,97
Artigos para ofertas	3 659,05	1 355,14
Outros	70,00	9,70
Energia e Fluidos	64 290,94	65 043,28
Electricidade	41 499,83	42 242,42
Combustíveis	17 342,52	16 012,29
Água	5 448,59	6 788,57
Deslocações, estadas e transportes	1 620,91	2 447,79
Serviços diversos	64 245,08	54 444,30
Rendas e alugueres	5 944,45	35,01
Comunicações	15 399,86	15 778,34
Seguros	7 045,61	11 267,80
Contencioso e Notariado	143,11	2 154,16
Despesas de representação	11 555,46	11 204,29
Limpeza, higiene e conforto	16 644,84	14 004,70
Outros Serviços	7 511,75	
Total	292 063,61	278 795,38

Verifica-se uma redução global dos gastos com fornecimentos e serviços externos em 2025 face a 2024 no montante de €13.269. Esta variação resulta, essencialmente, da diminuição dos gastos com **serviços especializados**, nomeadamente nas rubricas de conservação e reparação e honorários, bem como da redução em **serviços diversos**, em particular nas rubricas de rendas e alugueres e outros gastos. Por outro lado, observa-se um aumento nos gastos com **materiais**, sobretudo em ferramentas e utensílios e livros e documentação técnica, bem como uma ligeira variação positiva nos gastos com **energia e fluidos**, mantendo-se, no entanto, globalmente estáveis face ao período anterior.



20.- Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, foram como segue:

Designação	2024	2025
Remunerações do Pessoal - Vencimentos	1 699 675,62	1 833 675,01
Remunerações do Pessoal - S. Férias	168 114,85	188 203,03
Remunerações do Pessoal - S. Natal	145 595,07	173 073,89
Remunerações do Pessoal - S. Alimentação	128 072,45	149 086,88
Remunerações do Pessoal - Horas Extras	54 616,64	58 579,24
Remunerações do Pessoal - Sub. De Turno	56 008,67	59 816,40
Remunerações do Pessoal - Sub. Transporte	2 586,89	3 386,89
Remunerações do Pessoal - Abono para Falha	641,66	630,00
Remunerações do Pessoal - Isenção Horário	3 894,26	4 107,72
Remunerações do Pessoal - Prêmios/Gratific,	6 195,52	13 589,18
Vencimentos eventuais	11 041,20	5 027,79
Remunerações do Pessoal - Outros	271,05	1 209,73
Encargos sobre Remunerações - Pessoal	490 248,28	530 377,25
FGCT - Fundo Garantia Compensação Trabalho		
Seguro de acidentes no trabalho	12 645,38	13 547,46
Outros Gastos com o Pessoal	2 866,80	1 699,00
Total	2 782 474,34	3 036 009,47

Com base no mapa de vencimentos disponibilizados pela Santa Casa o número médio de colaboradores em 2025 foi de 148, (2024 - 148).

21. - Movimentos nos Fundos Patrimoniais

Rubricas	01/01/2025	Aumentos	Diminuições	31/12/2025
51 - Fundos Próprios	3 594 315,81	358 898,67		3 953 214,48
59 - Outras Variações dos Fundos Próprios	2 101 051,65		4 863,60	2 096 188,05
88 - Resultado líquido do exercício	278 898,67	132 488,20		411 386,87
Total	5 974 266,13	491 386,87	4 863,60	6 460 789,40



22. - Acontecimentos após a data do balanço

Não ocorreram acontecimentos após a data de balanço que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais para além do que já está refletido nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 25/03/2026.

O Contabilista Certificado,

O Provedor,

Parecer do Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória

O Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, reunido no passado dia 19 de março de 2026, para analisar as contas referentes ao ano de 2025, decidiu emitir o seguinte parecer:

Analisando o balancete geral, os centros de custos e demais documentos contabilísticos constata-se que uma vez mais houve uma gestão equilibrada referente ao ano transato o que possibilitou um saldo positivo relativamente ao ano anterior. Apesar dos sucessivos aumentos dos produtos alimentares essenciais à confeção dos elementos, bem como relativamente a outros bens essenciais ao regular funcionamento da Instituição e ainda dos encargos com o pessoal que inevitavelmente se refletem nas contas finais, importa salientar um aumento do saldo final em comparação com o ano anterior.

Porém, para o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, mais importante do que realçar o bom resultado do ano económico findo, é lembrar tudo isto se deve à perseverança de um irmão que deu o melhor de si a esta Instituição durante mais de três décadas tornando-a uma referência ao nível da Ilha, da Região e mesmo do País.

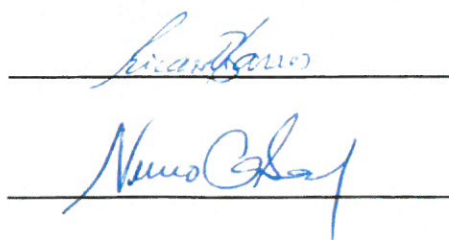
O Comendador Francisco Jorge Ferreira é não só “O Provedor da Praia” como também o exemplo vivo “do bem servir a quem mais precisa”, pautando sempre a sua atuação pelos princípios da fraternidade entre os homens e da igualdade de tratamento entre todos os seres humanos.

Por todas estas razões o Conselho Fiscal propõe que a Assembleia Geral aprove:

- O relatório e contas referente ao ano de 2025;
- Um voto de louvor ao senhor Provedor Francisco Jorge da Silva Ferreira pela sua total dedicação a esta Santa Casa durante todos os seus sucessivos mandatos;

Praia da Vitória, 25 de março de 2026

O Conselho Fiscal



The image shows two handwritten signatures in blue ink, each placed above a horizontal line. The top signature is more cursive and appears to be 'Francisco Jorge', while the bottom signature is more stylized and appears to be 'Nuno Costa'.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 7.359.574 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.460.789 euros, incluindo um resultado líquido de 411.387 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na **secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”** abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 10 de abril de 2026

Assinado por: **Paulo Jorge Macedo Gambôa**

Num. de Identificação: 07352747

Data: 2026.04.10 17:23:06+01'00'

Antunes Rodrigues, Célia Custódio & Associado, SROC, Lda.

Representada por

Paulo Jorge Macedo Gamboa (ROC n.º 1068 / CMVM n.º 20160680)